

ARGOS CAMPOS RIBEIRO SIMÕES

**A FUNÇÃO RELACIONAL DO TEMPO NAS
HIPÓTESES DE DECADÊNCIA
E DE PRESCRIÇÃO
UM ENFOQUE TRIBUTÁRIO**

editora e livraria

NOESES

2019

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

S612f

Simões, Argos Campos Ribeiro

**A função relacional do tempo nas hipóteses de decadência e de prescrição:
um enfoque tributário / Argos Campos Ribeiro Simões. - 1. ed. - São Paulo:
Noeses, 2019.**

248 p. : il. ; 23 cm.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-8310-106-2

**1. Direito tributário - Brasil. 2. Prescrição (Direito tributário) - Brasil. 3. Deca-
dência (Direito) - Brasil. I. Título.**

18-52520

CDU: 34:351.713

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	XI
INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO 1 – CONHECIMENTO E LINGUAGEM..	03
1.1 O ato de conhecer	03
1.2 A linguagem e o seu papel.....	07
1.3 A linguagem construindo a sua “realidade”	11
1.4 Em busca da verdade possível.....	13
1.5 Sem método o conhecimento é desconhecimento ...	14
1.6 Sobre “enunciação”, “enunciação-enunciada” e “enunciado-enunciado”	15
CAPÍTULO 2 – DIREITO: premissas	17
2.1 Ciência do Direito, Direito Positivo e Direito como sistema normativo: uma questão de níveis de lin- guagem	17
2.2 Sobre a norma jurídica	21
2.2.1 Fontes do Direito.....	21
2.2.2 Sobre a validade.....	23
	XV

2.2.3 Sobre a <i>autopoiesis</i>	25
2.2.4 Sobre a vigência	26
2.2.5 Ainda sobre a verdade e a realidade: agora no Direito	29
2.2.6 Sobre a incidência como co-incidência e a si- multânea aplicação	31
2.2.7 Sobre a eficácia técnica	33
2.2.8 Sobre a eficácia jurídica	34
2.2.9 Sobre a eficácia social	34
2.3 Interpretando o direito: conceito construtor	35
2.3.1 O método interpretativo-construtor	36
2.4 Das normas gerais e abstratas às individuais e con- cretas	39
CAPÍTULO 3 – FILOSOFANDO SOBRE O TEMPO NA HISTÓRIA	
3.1 Objetivo deste capítulo	47
3.2 O período helenístico	48
3.2.1 Pensando o tempo com Aristóteles	51
3.2.2 Pensando o tempo com Plotino	54
3.2.3 Destacando diferenças sobre o tempo em Aristóteles e Plotino	60
3.3 O olhar de Santo Agostinho	64
3.4 O idealismo transcendental de Kant e o tempo	70
3.5 O intuicionismo de Bergson e o tempo	72
3.6 O tempo e a fenomenologia de Husserl e de Heidegger	75

CAPÍTULO 4 – FUNDAMENTOS TEÓRICOS SOBRE O TEMPO JURÍDICO	81
4.1 Objetivo deste capítulo	81
4.2 Na busca da temporalização jurídica do tempo	83
4.3 Teses sobre o tempo (ou sua temporalização) em Comte-Sponville e sua ligação com o direito	85
4.3.1 O tempo é o presente.....	86
4.3.2 O tempo é a eternidade.....	91
4.3.3 O tempo é o ser.....	93
4.4 Tempo jurídico e princípio da segurança sob o olhar de Tercio Sampaio Ferraz Junior.....	95
4.5 As categorias normativo-temporais de François Ost	101
4.5.1 Das três teses	101
4.5.2 Das patologias destemporalizantes e de seus “remédios”	104
4.5.3 Buscando a retemporalização (o enlace tempo-direito)	112
4.5.3.1 A memória (ligando o passado)	114
4.5.3.2 O perdão (desligando o passado).....	120
4.5.3.3 A promessa (ligando o futuro)	129
4.5.3.4 O questionamento (desligando o futuro) .	131
 CAPÍTULO 5 – REGRAS-MATRIZES DE INCIDÊNCIA TEMPORAL: normas de estrutura aplicadas aos casos de decadência e de prescrição	 137
5.1 Objetivo deste capítulo	137
5.2 O jogo temporal dos atos de fala (enunciação, enunciação-enunciada e enunciado-enunciado).....	138

5.3	Construindo regras-matrizes temporais: normas de estrutura.....	142
5.3.1	Da sua natureza jurídica.....	142
5.3.2	Da regra temporal causando ineficácia técnica.....	144
5.3.3	Da estrutura formal das regras-matrizes de estrutura temporais.....	145
5.3.3.1	Da regra de estrutura temporal extintiva (norma de incompetência): condição de ineficácia	145
5.3.3.2	Da regra de estrutura temporal instituidora (norma de competência): condição de eficácia	148
5.3.4	Dos veículos normativos próprios às regras temporais ligadas à decadência e à prescrição e dos seus papéis.....	150
5.3.4.1	Sobre os papéis das normas gerais em matéria de legislação tributária.....	153

CAPÍTULO 6 – DO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO DE CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO À EXECUÇÃO: fluxos temporais decadenciais e prescricionais		161
6.1	Objetivo deste capítulo	161
6.2	Fato gerador: possibilidades significativas.....	162
6.3	Fluxo decadencial: aspectos temporalizadores	163
6.3.1	Reunindo elementos de <i>memória</i>	163
6.3.1.1	A <i>embreagem</i> fiscalizatória	165
6.3.2	Em direção ao crédito tributário.....	167

6.3.2.1 Do artigo 150, §4º do CTN (interpretação, requisitos de aplicação/incidência e regra-matriz de incidência temporal Eetintiva e seus critérios)	168
6.3.2.2 Em busca da constituição de ofício do crédito tributário pelo lançamento (artigos 142, 144, 149 e 173 do CTN, regra-matriz de incidência temporal instituidora e seus critérios)	177
6.4 Fluxo prescricional: aspectos temporalizadores	199
6.4.1 Exigibilidade X exequibilidade e efeitos temporais da “suspensão” do crédito tributário ...	199
6.4.2 Temporalizando a execução (artigos 174 do CTN, regra-matriz de incidência temporal e seus critérios, temporalizações prescricionais)..	208
6.5 Formalizando o jogo enunciativo	213
INTERLÚDIO	217
REFERÊNCIAS	223